



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

*Rendimientos académicos y eficacia social de la  
Universidad*

### **OBSTÁCULOS À UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E RISCOS NA CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

*Aumeri Carlos Bampi - UNEMAT*

*Jeferson Odair Diel - UNEMAT*

*Claudete Ines Scroczyński - UNEMAT*

#### **RESUMO**

**Objetivo:** Este estudo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre as diversas políticas públicas para a educação superior adotadas no país durante a história recente, mas, não tem a pretensão de abarcar o assunto na totalidade e na sua tamanha complexidade. Analisa o estado da educação superior, os desafios para a universalização e construção da qualidade na educação superior brasileira. Para isso foi necessário uma breve ligação com diversos períodos históricos, observando suas características e peculiaridades e as políticas públicas emanadas de tais períodos, em especial nas últimas três décadas. **Métodos:** O estudo se classifica como descritivo. Trata-se de estudo retrospectivo baseado em revisão documental e de literatura. Quanto à técnica de coleta de dados trata-se de buscas com palavras-chave e acesso a arquivos de documentos, e quanto ao tratamento e análise dos dados trata-se de fichamento com leitura, análise crítica e dialética embasada em referencial teórico específico. **Resultados:** É preciso repensar profundamente a educação brasileira, suas instituições de ensino superior, suas universidades, observando-as como componentes essenciais de um sistema educativo e não como um conjunto de instituições justapostas. **Conclusão:** Pensar e remodelar o Ensino Superior brasileiro irá requerer uma forte reorganização das políticas públicas para a Educação como um todo e dentro dela para a Educação Superior.

**Palavras-chave:** Educação Superior Brasileira, Políticas Públicas, Universidade, Universalização.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

#### INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil se apresenta como multifacetado e construído sobre origens diversas, em diferentes épocas da história político-administrativa do país, mas sem dúvida pertencente a recente parte desta. Na atualidade sua situação tanto tem relação com políticas do passado, de colonização portuguesa, quanto das políticas provincianas do país independente, políticas positivistas inspiradoras da República, quanto das políticas nacionalistas do período ditatorial, quanto das políticas neoliberais recentes. Cabe ressaltar que, em parte diminuta, ainda subsistem as tentativas de configuração de uma universidade integrada à vida da nação, promovendo um projeto de desenvolvimento nacional.

Sobre o processo histórico, ao contrário da América hispânica, a América pertencente inicialmente ao domínio português implantou tardiamente as suas instituições de ensino superior, ficando cativa da metrópole em relação à formação superior.

As universidades, portanto, são instituições do século XX no Brasil. Isto significa dizer há atraso em relação ao tempo histórico de implantação, mas ao contrário, mesmo novas, em seu processo de estruturação, muitas universidades brasileiras possuem alta projeção nacional, regional e algumas poucas (cerca de cinco: USP, UNICAMP, UFMG, UFRJ e UFRGS) possuem projeção internacional, conforme diversos rankings de educação superior mundiais.

Em relação à projeção nacional ou internacional, tão somente aparecem universidades públicas, o que por si começa a expressar a realidade do ensino superior.

Há sobre o ensino superior no Brasil, com certeza, uma diversidade de posições e conceitos que o faz não possuir uma identidade ou singularidade, dada a forma de sua construção. A vertente inicial, diferente da América hispânica com sua tradição jesuítica ou de outras ordens religiosas, foi profissionalizante. Desde o início com a visão imperial a vertente foi esta. Mesmo depois com a implantação do regime republicano a visão continuou e se aprofundou, sob a forte influência do positivismo inspirador dos militares construtores da república.

A ideia de universidade não cabia no contexto político inicial da sociedade brasileira, na percepção dos administradores. Tal situação vem desde o processo da reforma pombalina em Portugal, passando pela implantação do governo imperial brasileiro, até a implantação da república em suas diversas fases. A ideia central seria escolas superiores com finalidade específica como medicina, direito ou engenharia e outras de que necessitasse o país, podendo até constituir um conjunto de cursos, mas sem dar espaço a configuração de uma “universidade” no sentido do trabalho com um universo plural de saberes. Tal situação perdura até o século XX, quando finalmente toma força a ideia de universidade, embora ainda sem uma visão de distribuição no território nacional.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

A Educação Superior brasileira atual é como o próprio país, pois reflete uma mistura de configurações políticas, concepções e estruturas organizacionais, de interesses e finalidades em diversos momentos que envolvem o poder público central (federal), os poderes regionais (provinciais ou estaduais), municipais, historicamente os interesses da Igreja católica (na configuração de uma rede de instituições pontifícias, entidades comunitárias e faculdades isoladas).

Mais recentemente, principalmente da década de 90 em diante, a criação de instituições particulares pertencentes a grupos econômicos, num processo acelerado incentivado pelo governo federal à época e mantido como aproveitamento da capacidade educativa instalada pelos últimos governos federais, em especial com financiamento e bolsas estudantis. Ao fim da década de 90 se inicia um processo de investimento privado internacional associado a grupos nacionais, formando corporações educativas de grande porte no país, voltadas especificamente à ideia de formação de pessoal, resumindo a formação universitária numa visão de treinamento de pessoal que está tomando proporções no sentido de caracterizar de maneira problemática a educação superior brasileira.

### **ISOLAMENTO, RETALHOS E JUSTAPOSIÇÕES NO MOSAICO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**

Assim, dada sua origem, formas de conceituação política, interesses diversos, distribuição desigual e diversa no território, o que podemos chamar de universidade brasileira, entendendo-a como sinônimo de Educação Superior, é uma espécie de “colcha de retalhos”, que não compõe um sistema, mas um agregado plural de instituições, originadas das mais diversas formas, dentro do qual o que se denomina universidade é menos de um décimo do total. E mesmo tal agregado ocorreu mais por força de pressão, controle da legislação e avaliação que se inicia fortemente com as políticas neoliberais da década de 1990, do que por possuir uma face rapidamente identificável e constituir uma rede de formação superior e de pesquisa e extensão, voltados ao interesse do país.

Não se pode dizer, na atualidade que a universidade brasileira tem uma identidade, senão que na diversidade institucional há identificação de características similares num conjunto de instituições diferentes na gestão, na organização, no funcionamento, no financiamento e na qualidade formativa e nos interesses.

É multifacetada, recente e com certeza, independente do nível de qualidade, ainda uma universidade elitista, característica perniciosa do ponto de vista social e político, no contexto da sociedade brasileira. Também não significa que por ser elitista seu grau de referência na qualidade educativa seja de alto grau. Pelo contrário, o Ministério de Educação se debate a cada avaliação anual nos exames nacionais de desempenho de estudantes, tentando forçar a elevação dos índices com melhoria de



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

critérios para avaliação, dentro do que compõe o sistema nacional de avaliação das instituições de ensino superior e de desempenho estudantil.

No entanto, ao contrário da graduação, que embora tenha passado por sensíveis melhorias nas universidades públicas, principalmente, em virtude da constante pressão avaliativa, a pós-graduação *stricto sensu* já possui elevado grau de maturidade e tem elevado continuamente sua qualidade e produtividade com base nos padrões internacionais e por força e controle de uma agência (CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que estabelece rígido padrão de controle e certificação. Ressalta-se, que, diferentemente da graduação, a pós-graduação *stricto sensu* se desenvolve em maioria nas universidades públicas.

Quanto a CAPES ocorre que mesmo tal órgão somente trabalhou políticas de desenvolvimento e observação do território nacional como um todo apenas muito recentemente, o que fez que a maioria dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* estivesse no sul e sudeste, que são as regiões mais desenvolvidas do país.

Outra questão é que o sistema de pós-graduação se torna reprodutor do existente, ficando a cargo da espontaneidade e voluntarismo institucional seu desenvolvimento, sem visão nacional estabelecida estrategicamente e distribuída no país, muito embora tenha havido políticas de interiorização de formação de mestres e doutores; em essência através de cooperação com mestrados e doutorados interinstitucionais, que são uma espécie de colaboração entre uma instituição ou programa de pós-graduação já consolidado, com instituições que necessitam em seus quadros de mestres e doutores, financiados na maioria pela CAPES. Recentemente há mudança de postura e há o estabelecimento de programas de mestrado profissionalizante desenvolvidos por uma política indutiva de formação no país, atingindo áreas como: matemática, letras e física, em direcionamento direto aos profissionais da Educação Básica.

Na questão da graduação, as estratégias para a construção de uma visão nacional sobre a graduação foram focadas, na última década na ampliação de número de instituições federais, ampliação de cursos de graduação e distribuição dos mesmos em cidades polo, no interior do país. Mas a expansão pública em termos quantitativos ainda é insignificante diante da expansão privada da graduação desde a década de 1990.

Ainda sobre a questão do elitismo, há que se fazer uma observação: somente ao final da década de 1990 é que o país consegue universalizar a Educação Básica. Isto significa que há pouco mais de uma década os indicadores sociais mostram a universalização da Educação Básica referente ao Ensino Fundamental, assim que, quanto ao acesso a segunda etapa da Educação Básica, para o chamado Ensino Médio o problema ainda persiste, o que redundará numa qualidade precária na entrada no ensino superior.

Desta forma, dando sequência, para o Ensino Superior a problemática está colocada. O acesso universalizado à universidade ou ao Ensino Superior é altamente limitado por questões de escolaridade (essencialmente a permanência), por questões de renda (ainda que a renda tenha se elevado nestes últimos anos, a desigualdade social



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

brasileira persiste) e pela baixa quantidade de vagas ofertadas no Ensino Superior público.

Sobre a década de 90, retomando a questão de escolaridade, é preciso dizer, que houve um grande feito em relação à questão da universalização da Educação Básica, no passado governo de Fernando Henrique Cardoso (dois mandatos: 1995 a 2002), embora com precária qualidade pedagógica e de estruturas.

O mesmo governo, sem investir no Ensino Superior público, abriu a possibilidade de expansão acelerada do ensino superior privado, em plena concordância com as políticas de pressão externa que fazia o Fundo Monetário Internacional, ditando as regras dos parques investimentos em educação para o Brasil e para a América Latina. O caminho escolhido foi o privatista, em sintonia com as ordens internacionais e com a vontade da direita política nacional. Neste mesmo período é preciso lembrar, todo um conjunto de empresas estatais brasileiras foi privatizado, sem opção de escolha social.

Quanto ao ensino superior, neste período, tal situação abriu uma possibilidade de acesso a esta modalidade de ensino tão somente às classes sociais favorecidas economicamente.

Este processo não pode ser entendido apenas como uma simples incapacidade do estado brasileiro em oferecer ensino superior público, senão que uma clara opção pela mercantilização da Educação Superior (a educação superior como serviço), já que seria mais um “filão” de exploração empresarial, pois as classes médias, em especial a média baixa, ainda que em não expressivo número dentro da realidade brasileira, mas com crescimento populacional do país, não adentravam ao ensino público, dada a pequena oferta, que se mantinha quase com as mesmas vagas da década de oitenta.

Observa-se neste período da década de 1990 um forte crescimento nas matrículas de ensino superior, sendo alocadas, em sua maioria, em cursos de faculdades ou universidades privadas, dificilmente acessíveis às populações de baixa renda. O número de instituições particulares na década de 90 cresce vertiginosamente.

Tentando inverter este processo e esta lógica, o governo federal seguinte (Lula, 2003 a 2010) construiu e implementou um plano de acesso à universidade que passou por dois momentos. O primeiro composto de duas partes PROUNI (Programa universidade para todos) e FIES (Financiamento estudantil), mantidos até a atualidade, são fortalecidos, o que começa a inserção mais forte da classe média baixa junto à universidade, tendo como ideia não mais o fortalecimento do ensino superior privado; mas sim a ideia de uso da capacidade educativa instalada na década anterior, situação que recebeu inúmeras críticas de teóricos pertencentes às instituições públicas, pois num primeiro momento deste governo as instituições públicas não ampliaram suas vagas e nem houve criação de instituições.

Tal situação relatada anteriormente da inserção privatista na Educação Superior brasileira será um marco fortíssimo na sociedade brasileira, dada quantidade de instituições particulares e a quantidade de oferta de vagas, que hoje representa aproximadamente 75% da Educação Superior no país. É difícil a reversão deste quadro



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

no Brasil em curto prazo. Isto significa que a formação privatizada, respondendo por aproximadamente  $\frac{3}{4}$  da formação estabelecerá significativas marcas na sociedade brasileira, em especial sobre as camadas da classe média e média baixa. No entanto, com bolsas e financiamento o acesso a este bem cultural chamado ensino superior ficou suportável.

Sem profetismo ou determinismo, cremos que o rumo está traçado para pelo menos uma geração brasileira, significando que a universidade brasileira continuará com este perfil ao menos nesta primeira metade do século XXI. O que representa um enorme desafio à sociedade brasileira, bem como enorme risco, diante da situação de precária qualidade com que se desenvolve a formação privada e tendo como agravante o limitador econômico de seu acesso somente compensado pela oferta pública de bolsas e financiamentos, através do próprio governo federal, que tem um limite orçamentário. Muito embora para as corporações educativas este é um grande negócio de bilhões de dólares.

Tal situação precisa ser entendida dentro do contexto da sociedade brasileira e sua estrutura social e educativa. Ocorre que dadas dificuldades que o país enfrenta em outros níveis de ensino (Educação Infantil, em processo de implantação no país), Ensino Fundamental de precária situação e Ensino Médio excludente e sem definição (profissionalizante ou não) os investimentos terão de ser distribuídos. O que dificilmente fará com que haja uma opção pelo forte investimento e desenvolvimento do ensino superior público, de modo a reverter a situação colocada. Há esperança no investimento dos royalties de exploração do petróleo do denominado “Pré-Sal”, mas mesmo isso na atualidade é mais expectativa do que realidade e também deverá ser utilizado para sanar graves problemas em outros níveis de ensino.

O segundo momento do governo Lula em relação ao ensino superior foi marcado pelo programa REUNI (Programa de reestruturação e expansão das universidades federais). Que é um programa de fortalecimento das universidades federais, públicas, através da reestruturação física, de equipamento e recursos humanos, além da expansão e interiorização da rede federal de ensino superior e dos campi existente e criação de novas universidades e campi, incluindo a rede de Institutos Federais de Educação Tecnológica, denominados Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Mesmo assim, o passivo educativo em relação às classes baixas continua a existir no país, dado que a universalização do ensino superior é uma meta ainda distante, pois pouco mais de 10% dos jovens de 18 a 24 anos estão em tal ensino.

Então, não é exagero afirmar que o ensino superior brasileiro atua como elemento específico de reprodução dos padrões de desigualdade social e exclusão, já que seu acesso é dado pela condição sócio-econômica e cultural. Pode, entretanto, a universidade gerar contradições, produzindo formação não mimética, que se ponha em contra o que se desenvolve no sistema social. Depende do que se passa dentro dela e do que se passa fora dela politicamente em relação à missão político-social que ela deve desempenhar no contexto da sociedade brasileira.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

Otra questão, é que a universidade brasileira carrega em si também as contradições quer sejam políticas, pedagógicas e de gestão, como parte da sociedade. Mas novas tendências sociais e políticas se fazem sentir dentro da universidade, como da universidade para a sociedade. Tal processo, entretanto, é maior nas instituições públicas, mas mesmo assim é um importante exercício de interação, que anteriormente não era muito percebido, senão em alguns momentos de manifestação estudantil (período ditatorial) e manifestações grevistas da década de 90, dado o fechamento e elitismo universitário.

Embora lento, no país foram conseguidos alguns avanços no ensino superior público que representam enormes conquistas. Na última década houve a abertura de novas instituições públicas, aumento de vagas na graduação, ampliação substancial da pós-graduação, política ousada de qualificação docente, aumento de *campi*, inserção de novos formatos *multicampi* através da interiorização, processo este importantíssimo para atender a dinâmica populacional do país e seu desenvolvimento em cidades regionais de médio porte, as denominadas cidades médias. Houve aumento dos cursos de pós-graduação, intercâmbios regionais, aumento da capacidade produtiva e de pesquisa e formação.

Sem menosprezar, entretanto tal processo é preciso dizer que ainda o país está distante de oferecer um caminho menos excludente de acesso ao ensino superior às camadas mais baixas da população, universalizando o acesso, condição fundamental para a superação da enorme desigualdade social e exigência para colocar o país na contemporaneidade com sustentabilidade social, econômica, política e ambiental.

Em que pese o enorme desafio de superar os obstáculos historicamente colocados e a recente posição privatista da década de 90. É preciso dizer, que no país se renovam as esperanças de uma universidade para todos. Com qualidade, no esforço de seus docentes, na busca da qualificação, no aperfeiçoamento da gestão e estrutura, nos instrumentos de avaliação, controle e certificação, no aumento da produção científica, que são processos fundamentais na construção de um ensino superior de qualidade para o país, numa sociedade que busca superar sua dependência teórica, científica e tecnológica.

Programa como “Ciência Sem Fronteiras” colocam o país numa ousada política de participação na formação em centros de vanguarda científica e tecnológica do mundo, mas resta saber que espaços terão tais profissionais no retorno, quer seja em instituições públicas, quer seja em setores de ciência e tecnologia do país, ainda em atraso. Neste aspecto o Brasil assume um protagonismo dentro da região da América do sul, em especial no Mercosul. No entanto tal situação não foi tratada como política regional do próprio Mercosul, que seria mais interessante, do ponto de vista da colaboração e cooperação científica e tecnológica entre os países da região.

Pode parecer uma crença, mas é uma aposta numa nova geração de docentes, pesquisadores, gestores e técnicos mais comprometidos, partícipes de uma missão, como dizia Ortega y Gasset, pois afinal uma universidade, ou uma formação universitária não serve apenas ao indivíduo, mas a uma sociedade.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

É necessário como dizia Darcy Ribeiro, grande antropólogo e pensador da educação brasileira, a modernização da universidade, mas não apenas uma modernização técnica, senão que da intelectualidade ligada à vida da nação. Para tal modernização critica o elitismo, a descontextualização e a alienação universitária, seja pelo precário processo formativo desenvolvido nas instituições de ensino superior, seja pela baixa preocupação e ação política em busca de transformações sociais, e hoje as prementes questões ambientais, seja pela visão fragmentada entre ensino, pesquisa e extensão da qual ainda padecemos. Seja também pela falta de conhecimento e interação social local, nacional ou regional, compreendendo esta última uma concepção de MERCOSUL e mesmo de um compromisso com a América Latina e seus povos.

Há, entretanto, um grande e eminente risco ao modo como se desenvolvem as coisas referentes à universidade e à educação superior no Brasil. Desde cima, dos governos há uma falta de visão de conjunto. Só recentemente, por exemplo, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão do Ministério de Educação, que se preocupava com a formação de mestres e doutores passou a se preocupar diretamente com a formação continuada e qualificação de professores da educação básica. É ainda uma agência elitista, mas que sofreu transformações nos últimos governos, passando a perceber a necessidade da importância da formação nos níveis docentes básicos. Só recentemente foi instituída uma Universidade Aberta à Distância (UAB) para preencher o vazio, o vácuo institucional de um país continente, onde determinadas regiões estavam totalmente a descoberto na formação universitária, dado que o interesse particular privatista, como negócio não se interessava num primeiro momento. Posteriormente a educação à distância privada se espalhou pelo país, mais fortemente depois do ano 2000.

Fortes diferenças regionais se reforçavam ainda mais quando se observava indicadores educacionais do ensino superior. Sobre o ensino à distância é preciso dizer que ele é ainda visto com alta desconfiança pelas instituições públicas universitárias. Tal situação pode ser entendida quando na verdade fazem do docente, do professor, mero bolsista, tutor, situação intensamente tratada como precarização pelas representações sindicais docentes. Não há uma aposta forte neste sentido por parte das instituições públicas, o que abriu enorme espaço a instituições privadas.

Sobre as bases acadêmicas quer seja no ensino superior público ou privado não se percebe que é preciso inovar, integrar áreas de conhecimento, superar o caráter monodisciplinar do ensino, que precisam implantar inovações curriculares, dinamizando as propostas formativas, remodelando metodologias de ensino, constituindo grupos de pesquisa e formação, garantindo novos métodos de acesso, ensino e pesquisa e fundamentalmente de permanência e vivência da universidade.

Falta ao estudante brasileiro viver, vivenciar a universidade e à universidade, viver, de fato e garantir a presença do docente e do discente como agentes e protagonistas da formação e desenvolvimento da educação superior. É preciso superar a visão escolástica, medieval presente nas formações superiores brasileiras de alunos apenas como ouvintes passageiros, para conseguir a vivência na universidade. Se tal





## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

situação é vivida, em parte nas universidades públicas em virtude da dedicação exclusiva dos seus docentes, por outro apenas um restrito número de alunos estudam em tempo integral. Os cursos de licenciatura ou formação de professores não são contemplados nesta vivência, a não ser recentemente pelo Programa de Iniciação à docência. São em sua maioria noturnos e limitados em sua formação. Quanto às instituições privadas, o que vemos, com raras exceções de cursos de medicina e outros da saúde, a ambiência de estudos no restante é apenas parcial, o que compromete a qualidade formativa.

Outra questão colocada como obstáculo é que há risco eminente de aprofundar desequilíbrios à educação superior no país quando ainda a grande maioria dos mestres e doutores se forma e sua atuação se restringe apenas na região sul e sudeste do país (regiões mais desenvolvidas do Brasil que concentram mais de 2/3 do PIB) e também quando se destina a menor parte dos recursos de pesquisa a outras regiões que correspondem a mais de 2/3, como a região norte, nordeste e centro-oeste. Quando tanto se critica a exploração da Amazônia, mas pouco se investe na formação de quadros de formação e pesquisa para um desenvolvimento com sustentabilidade neste vasto território, tão rico de biodiversidade quanto de cultura, que corresponde a 2/3 do território brasileiro e que precisa preservar suas características de maneira estratégica, pois não se pode replicar um desenvolvimento ao modo como se constituiu no sul e sudeste do país.

Há risco eminente também quando o modelo de formação ofertado é coberto, em sua maioria absoluta pela iniciativa privada, descomprometida com o desenvolvimento local e nacional. E que carece de bons fundamentos de gestão da educação e formação, da preocupação com a pesquisa, já que o que impera é a busca do lucro e do número de matrículas em cursos de status (cursos de direito proliferaram pelo país, embora menos de 25% dos estudantes conseguem autorização a partir de uma avaliação da própria Ordem dos Advogados do Brasil – OAB - para advogar), sem às vezes condições satisfatórias de formação. Ao invés de ser instrumento de universalização da Educação Superior, embora isto também seja duvidoso, o que ocorre em inúmeras instituições de ensino superior é uma espécie perniciosa de banalização da formação universitária. Há o acesso ao título, que nem sempre corresponde a uma qualificação profissional suficiente.

Há convivência avaliativa do Ministério da Educação em relação a esta questão, pela falta de rigor nas avaliações, permitindo formações sem estruturas adequadas de bibliotecas e laboratórios e corpos de docentes débeis e frágeis, sem que formem equipes docentes sólidas. Passado o período avaliativo muitos mestres e doutores são simplesmente desligados. Conta-se como humor, mas tal situação faz lembrar a época em que se deslocavam bibliotecas para aprovar cursos. Passada a visita avaliativa os livros retornavam a biblioteca central, de onde eram “emprestados”. Tal situação se repete com docentes titulados mestres e doutores.

É necessário, portanto, o fortalecimento das instituições públicas existentes. É fundamental a criação de novas instituições públicas, na busca por uma condição do



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

trato da educação superior não como mercadoria, mas algo vital não apenas ao interesse individual formativo de cada estudante ou dos governos, senão que da sociedade brasileira e dos povos que a compõem. Sim, falamos de povos, porque o Brasil é um misto de diferentes culturas que compõem uma riqueza cultural enorme, com sua diversidade de modos de existência, de línguas e tradições, ainda presente. Este é um país da Língua Portuguesa e uma enorme diversidade de línguas que passa de centenas, onde coexistem saberes diversos e dos quais a universidade não pode e nem deve manter-se distante, a bem da sociedade brasileira e da produção de um conhecimento original e contextualizado com tal diversidade cultural.

Assim, não pode um país depender dos interesses privados apenas, pois há um subjugo da nação nos termos que acontece a realização da educação superior, que privilegia uma ideia de formação mercantilizada.

Mas há outros problemas: e nossas universidades públicas, como reagem? São de fato públicas ou pertencentes ao corporativismo acadêmico? O que fazem? Como participam de tais processos? Continuarão a repetir suas existências elitistas? Como rearticulá-las? Como fazê-las interagir fortemente com a sociedade?

Creemos que não é possível simplesmente replicarmos novas instituições públicas no velho modelo arcaico departamental, hierárquico, isolado. Urge, assim que, para além de novas universidades públicas que sejam criadas, as universidades públicas se renovem, inovem e tornem-se, não ferramentas individuais de acúmulo de cultura e riqueza como tradicionalmente servem, mas ferramentas sociais, instrumentos de transformação social e empoderamento de uma sociedade.

Neste sentido, foram dados passos políticos nesta última década, essencialmente nas últimas gestões governamentais, adotando o governo uma sensibilidade para com um conjunto acadêmico comprometido que luta historicamente pela construção e fortalecimento da universidade pública brasileira. Mas o desafio é o aprofundamento das mudanças necessárias. Ainda não foram passos e medidas suficientes para a superação do passivo sócio-educativo universitário herdado de um passado longínquo de formação do país, ou mesmo do herdado recentemente de pouco mais de uma década, pela visão neoliberal como o caso do modelo privatista implantado, que como dissemos é profundamente marcante no sentido da exclusão e produção da desigualdade.

Neste marco, entretanto, por mais que insistam, os privatistas liberais não tem muito do que se orgulhar, dado o fraco desempenho de seu modelo formativo, se é que de modelo pode ser chamado. Podem se orgulhar do número de matriculados arrebanhado a toda sorte em inúmeros cursos e instituições Brasil afora, mas isso não dá um legado formativo a essas novas gerações ou aos que se encontram já formados em tais instituições. Tal situação, ao invés é um legado que compromete o próprio desenvolvimento do país.

Este é um dos aspectos mais perversos da formação privatista, pois cobra por algo que não fornece ou fornece precariamente, o que compromete a vida do cidadão,



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

do profissional e seu exercício posterior e dá um legado de mal formados, despreparados à sociedade brasileira e às exigências da época atual.

Quanto aos seus corpos docentes, se é que assim se pode chamá-los, são mais uma espécie de prestadores de serviços, horistas, submetidos a uma situação de dependência e subserviência institucional e mesmo de manutenção de alunos, o que cria uma postura paternalista e precariamente formativa. Os docentes não constituem equipes de formação e muito menos de pesquisa, excetuando-se raras instituições, o que sem dúvida compromete a formação de uma inteligência transformadora frente aos desafios da contemporaneidade e do próprio país.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É preciso repensar profundamente a educação brasileira, suas instituições de ensino superior, suas universidades, observando-as como componentes essenciais de um sistema educativo, que infelizmente ainda carece de consistência, ou o que para muitos ainda não é um verdadeiro sistema, pois na educação básica é um amontoado de redes de ensino, assim como na educação superior um conjunto de instituições justapostas.

É preciso pensar as instituições de ensino superior, em especial fortalecendo e expandindo as que são denominadas de Universidades, como parte de um esforço para a construção da nação e como contribuintes à integração brasileira e seu desenvolvimento, bem como contributivas à integração regional com o Mercosul e em ampla dimensão para a construção de um protagonismo dos povos da América Latina, suas culturas, seus saberes, seus ambientes, quer seja nas pequenas ou grandes cidades, quer seja no campo.

Cabe à universidade ser o espaço de pensarmos a nós próprios, dentro de um contexto de descolonização histórica e atualmente contra as forças neoliberais globalizantes que somente se direcionam ao apoderamento das riquezas dos povos em desenvolvimento, ou então que se preocupam em vender suas quinquilharias, como se isto fosse acesso à qualidade de vida, quando na verdade fazem o empobrecimento socioambiental e constituem dependência econômica. O que fazem sim é aprofundar os problemas sociais e socioambientais que possuímos.

Mas pensar e remodelar o Ensino Superior brasileiro irá requerer uma forte reorganização das políticas públicas para a Educação como um todo e dentro dela para a Educação Superior, a reestruturação orgânica e interativa das universidades com seus contextos sociais. A efetiva construção da autonomia, o fortalecimento do financiamento público através de um fundo para o financiamento da educação pública superior, independente do ente federado que a mantenha, e uma profunda modificação e modernização da gestão em todas as estruturas normativas, organizacionais, administrativas e acadêmicas, coisa nada fácil de ser atingida, senão com enorme esforço de uma geração ou mais de políticos, acadêmicos e cidadãos dedicados à causa



## **XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas**

### ***Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad***

de universidades para todos os que a aspiram ou desejam, com alta qualidade para a sociedade.

Tal situação, por fim, precisa passar antes por uma sábia decisão política da própria sociedade de maneira democrática, sabendo que uma universidade é também um reflexo de sua própria sociedade em cada fase ou momento histórico que vivencia, representando em sua expressão o conjunto de forças políticas, científicas e acadêmicas reunidas num dado momento. Somos agentes da universidade. Se estiver melhor amanhã para novos docentes ou discentes e para a sociedade, é porque nós, hoje a construímos, interferindo nas instituições que herdamos e na sociedade que herdamos. Temos o dever como o espaço privilegiado do pensamento e da formação humana.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

#### **BIBLIOGRAFIA**

AARROSA, S. (Org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

MALNIC, Gerhard. STEINER, João E. **Ensino Superior: Conceito e dinâmica**. Editora Edusp: São Paulo, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostras e Técnicas de Pesquisa, Elaboração e Interpretação de Dados**. 5.<sup>a</sup> Ed. São Paulo. Atlas, 2002.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **A universidade no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 1, Mai./Ago. 2000, p. 131-150.

MOROSINI, M. (org.) **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

ORTEGA Y GASSET, J. **Misión de la universidad**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

PAULA, Maria de Fátima de. **A formação universitária no Brasil: concepções e influências**. Revista da Avaliação da Educação Superior. ISSN 1414-4077, Campinas, Março de 2009.

RIBEIRO, D. **A Universidade necessária**. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história**. Passo Fundo: EdiUpf, 1998.

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade e ideologia – a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SGUISSARDI, Valdemar. **A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva**. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (ORGS.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

VARA COOMONTE, A. **Educación, reproducción o cambio social**. In: **Educación y Sociedad**. Universidad de Sevilla. Nau Livres, 1983.